

SEÇÃO: ARTIGOS

Precarização do trabalho docente e saúde mental no ensino superior: uma revisão bibliográfica narrativa

Condiciones laborales precarias para el profesorado y salud mental en la educación superior: una revisión narrativa de la literatura

Precarious working conditions for teachers and mental health in higher education: a narrative literature review

Solange Franci Raimundo Yaegashi¹, Chiara Villa Chagas²

RESUMO

A reestruturação do trabalho no Brasil, desde a década de 1990, intensificou o processo de precarização das relações entre capital e trabalho, repercutindo diretamente no campo educacional e nas condições de atuação dos docentes. Este artigo tem como objetivo investigar, por meio de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, os impactos da precarização do trabalho docente na saúde física e mental dos professores do ensino superior. Com base em uma abordagem qualitativa e exploratória, analisa-se de que maneira a flexibilização das relações de trabalho, a intensificação das exigências produtivas e a mercantilização da educação têm comprometido o bem-estar dos docentes, gerando estresse, ansiedade, depressão e perda do sentido da docência. São também discutidos os efeitos da expansão do ensino a distância e do crescimento do setor privado, fatores que intensificam a vulnerabilidade desses profissionais diante de vínculos instáveis, sobrecarga laboral e

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253> E-mail: solangefry@gmail.com

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6586-113X> E-mail: chiaravilla2008@gmail.com

ausência de políticas efetivas de valorização. O estudo destaca, ainda, a importância da resistência coletiva e da mobilização docente como estratégias para enfrentar esse cenário adverso. Conclui-se que reconhecer e combater os efeitos da precarização é essencial para assegurar condições de trabalho mais justas e preservar a saúde dos professores e a qualidade do ensino superior.

Palavras-chave: trabalho docente; precarização; ensino superior; saúde mental; mercantilização da educação.

RESUMEN

La reestructuración del trabajo en Brasil, desde la década de 1990, intensificó el proceso de precarización de las relaciones entre capital y trabajo, repercutiendo directamente en el ámbito educativo y en las condiciones de desempeño de los docentes. Este artículo tiene como objetivo investigar, mediante una revisión bibliográfica de tipo narrativa, los impactos de la precarización del trabajo docente en la salud física y mental de los profesores de educación superior. Basado en un enfoque cualitativo y exploratorio, se analiza de qué manera la flexibilización de las relaciones laborales, la intensificación de las exigencias productivas y la mercantilización de la educación han comprometido el bienestar de los docentes, generando estrés, ansiedad, depresión y pérdida del sentido de la docencia. También se discuten los efectos de la expansión de la educación a distancia y del crecimiento del sector privado, factores que intensifican la vulnerabilidad de estos profesionales frente a vínculos laborales inestables, sobrecarga de trabajo y ausencia de políticas efectivas de valorización. El estudio destaca, además, la importancia de la resistencia colectiva y de la movilización docente como estrategias para enfrentar este escenario adverso. Se concluye que reconocer y combatir los efectos de la precarización es fundamental para garantizar condiciones de trabajo más justas y preservar la salud de los profesores y la calidad de la educación superior.

Palabras clave: trabajo docente; precariedad; educación superior; salud mental; mercantilización de la educación.

ABSTRACT

The restructuring of labor in Brazil since the 1990s has intensified the process of precariousness in the relationship between capital and labor, directly impacting the educational field and the working conditions of teachers. This article aims to investigate, through bibliographic research, the impacts of the precariousness of teaching work on the physical and mental health of university professors. Based on a qualitative and exploratory approach, it analyzes how the flexibilization of labor relations, the intensification of productive demands, and the commodification of education have compromised the well-being of teachers, generating stress, anxiety, depression, and a loss of meaning in teaching. The effects

of the expansion of distance education and the growth of the private sector are also discussed, factors that intensify the vulnerability of these professionals in the face of unstable employment, work overload, and the absence of effective policies for their appreciation. The study also highlights the importance of collective resistance and teacher mobilization as strategies to confront this adverse scenario. It is concluded that recognizing and combating the effects of precarious employment is essential to ensure fairer working conditions and to preserve the health of teachers and the quality of higher education.

Keywords: teaching work; precariousness; higher education; mental health; commodification of education.

INTRODUÇÃO

Segundo a concepção marxista, o que diferencia o trabalho humano do trabalho animal é a intermediação da cultura e a intencionalidade, em que o produto do trabalho já existe idealmente na imaginação do trabalhador desde o início; eliminar essa intencionalidade significa descaracterizar o trabalho em sua essência humana (Borges; Yamamoto, 2014). Nesse sentido, considerando que o conceito de trabalho varia de acordo com o contexto concreto em que está inserido, a ascensão e consolidação do capitalismo constituíram marcos de mudanças substanciais na concepção de trabalho.

Com base nos ideais neoliberais, principalmente a partir dos anos 1970, o trabalho deixa de ser entendido como uma necessidade de subsistência, e o trabalhador passa a ser visto como uma mercadoria essencial para a acumulação de capital. Nesse contexto, os proletários são desprovidos dos meios de produção e passam a vender sua força de trabalho ao capitalista, que busca maximizar a mais-valia, seja pela extensão da jornada de trabalho ou pela melhoria da eficiência produtiva (Marx, 2013). Com isso, ocorre a expropriação do processo de trabalho, fenômeno no qual os trabalhadores são despojados do controle sobre o processo produtivo e os meios de produção, sendo subjugados ao domínio do capital e perdendo o controle sobre as condições e o ritmo de seu próprio trabalho, além de serem alienados do produto final que criam (Costa; Mueller, 2020). Diante disso, a transição e a transformação histórica do processo de trabalho, nos moldes capitalistas, não apenas redefiniram o valor e a função do trabalho, mas também moldaram a estrutura e as demandas do mercado laboral.

A busca incessante por eficiência e lucro levou à necessidade de adaptar as formas de organização do trabalho às novas condições econômicas e tecnológicas. É nesse contexto que o modelo de trabalho flexível emerge como uma resposta estratégica para que as empresas reduzam custos, respondam rapidamente às flutuações do mercado e aumentem a produtividade. No entanto, sob o mote do “empreendedorismo de si mesmo” e sob a ilusão de benefícios como maior equilíbrio entre vida profissional e pessoal, esse novo modelo traz consigo a precarização (Costa; Mueller, 2020).

O modelo de trabalho flexível, que inclui práticas como a uberização, o trabalho parcial e os sistemas de contratação temporária, resulta em insegurança no emprego, inexistência de benefícios tradicionais, salários instáveis e redução, ou mesmo ausência, de direitos trabalhistas (Costa; Mueller, 2020). Além disso, o objetivo da flexibilização geralmente não é melhorar a qualidade de vida dos funcionários, mas aumentar a produtividade e reduzir os custos da empresa. Isso significa que se exige que os funcionários estejam disponíveis em tempo integral, sem horários ou dias de descanso.

Nesse sentido, dentre as diversas categorias de trabalhadores afetadas pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, os docentes do ensino superior enfrentam dificuldades específicas, que refletem as tensões e desafios vivenciados por esses profissionais no contexto da flexibilização do trabalho. Devido à crescente demanda por educação superior e à expansão das instituições de ensino, muitos docentes encontram-se em posições de trabalho temporárias, contratados como professores adjuntos, substitutos ou por meio de contratos de tempo parcial (Avila, 2021; Fávero; Bechi, 2020). Essa situação cria várias vulnerabilidades para os educadores, afetando, direta e indiretamente, sua saúde mental (Lemos, 2014).

Porém, antes de abordar esses prejuízos, é importante questionar o que é saúde mental. Segundo Dejours (1986), a saúde mental diz respeito à capacidade de adaptação e à liberdade de buscar o bem-estar físico, psíquico e social, não se restringindo apenas à ausência de doenças físicas. Ao rever a definição de saúde, Dejours (1986) resgata a noção de variabilidade, afirmando que o que caracteriza o bem-estar físico e emocional é a capacidade de variabilidade, e não a estabilidade. Com base nessa tese, aceitar e respeitar essa variabilidade é fundamental para a promoção da saúde, incluindo a saúde mental.

A saúde é a liberdade de dar a esse corpo a possibilidade de repousar, é a liberdade de lhe dar o que comer quando tem fome, de fazê-lo dormir quando ele tem sono (...). É, portanto, a liberdade de adaptação. (...) Bem-estar psíquico, em nosso entender, é, simplesmente, a liberdade que é deixada ao desejo de cada um na organização de sua vida (Dejours, 1986, p. 11).

Considerando que o bem-estar psíquico é ter a liberdade de desejar e dispor de possibilidades na vida, o autor propõe uma definição de saúde mental que vai além da mera ausência de doenças mentais. É na ausência do desejo que doenças psicológicas, como depressão, ansiedade e outras, encontram terreno fértil (Dejours, 1986). Logo, ao estudar a saúde mental dos docentes, é necessário levar em consideração o ambiente de trabalho em que estão inseridos, observando não apenas a ausência de doenças, mas também aspectos positivos e fatores que contribuem para o enfrentamento das contradições e limitações (Karasek; Theorell, 1990).

No contexto da precarização da educação, a insegurança no emprego é uma das principais consequências para os docentes. Com a flexibilização do trabalho, poucos docentes trabalham em regime de dedicação exclusiva (Bosi, 2007). A presença de professores temporários e efetivos contratados com base em horas-aula, a ausência de plano de carreira e a utilização de recursos adicionais (como bolsas de pesquisa) como forma de compensação docente são fatores que agravam essa situação (Bosi, 2007). Essas condições de trabalho não apenas limitam as oportunidades de desenvolvimento profissional, mas, também, aumentam a sensação de instabilidade e insegurança entre os professores.

Ainda, a falta de um plano de carreira estruturado impede que os docentes vejam um futuro claro e estável em suas profissões, enquanto a remuneração inadequada desvaloriza o papel dos educadores e compromete a qualidade da educação oferecida (Bosi, 2007). Sem garantias de estabilidade, muitos professores enfrentam incertezas constantes quanto à renovação de seus contratos, o que impacta negativamente a segurança financeira e o planejamento de longo prazo. Segundo Avdzejus e Ribeiro (2020), a percepção de instabilidade e insegurança é comum e persistente entre os docentes, mais acentuada nas instituições de ensino privadas, porém, também presente entre os professores de instituições públicas sob regime temporário.

A diminuição intensa e contínua dos direitos do trabalhador, atrelada à insegurança em todas as esferas trazida pelas “novas formas de empregos” que, além de serem precárias, provisórias e temporárias, ainda permitem ao empregador o descarte da pessoa humana que trabalha de forma simples e rápida, o que impacta diretamente na diminuição do poder de consumo individual, coletivo, e para além, no empobrecimento de frações inteiras de classes trabalhadoras (Avdzejus; Ribeiro, 2020, p. 7).

Além disso, a precarização pode levar a uma carga de trabalho excessiva e a condições de trabalho subótimas. Docentes em posições precárias frequentemente assumem múltiplas funções em uma mesma instituição ou lecionam em diferentes instituições para garantir uma renda suficiente (Avdzejus; Ribeiro, 2020), o que pode resultar em jornadas de trabalho extenuantes e em pouco tempo disponível para o preparo de aulas, pesquisa, extensão, desenvolvimento profissional e vida privada.

Segundo Dal Rosso (2008), essa intensificação do trabalho docente está relacionada ao ritmo, à produtividade e às cobranças laborais, exigindo docentes cada vez mais polivalentes e, conseqüentemente, menos especializados em suas áreas de formação. Outra consequência disso é a perda da identidade profissional, pois o professor deixa de ser especialista e passa a ser um prestador de serviços (Rosa; Vieira, 2023).

A situação ainda é agravada quando as universidades perdem sua autonomia, porque suas metas, objetivos e gestão são determinados por influências externas, como governos ou

entidades privadas (Bosi, 2007). Com a mercantilização da educação, a qualidade da produção acadêmica passa a ser medida pela quantidade de trabalho produzido, e não pela qualidade. Isso significa que a elite acadêmica, ou aqueles que são mais valorizados, não são necessariamente os que produzem trabalhos de alta qualidade ou que são especialistas na área, mas sim os que produzem mais em termos quantitativos (Bosi, 2007). Esse sistema faz com que os professores acreditem que seu sucesso é baseado em sua capacidade individual, quando, na verdade, ele é determinado por critérios de produtividade estabelecidos pelo mercado (Rosa; Vieira, 2023).

Essa ênfase na produtividade gera alienação e perda de autonomia, pois os professores passam a focar em cumprir metas quantitativas, em vez de desenvolver trabalhos de qualidade que atendam às necessidades educacionais e de pesquisa, além de contemplar suas próprias preferências (Castro Neta; Cardoso; Nunes, 2021). Além disso, ao incentivar essa competitividade excessiva, torna-se difícil para os docentes se organizarem e se mobilizarem para mudar o sistema, pois o ambiente acadêmico já é naturalmente muito competitivo, e essa competição é potencializada por uma luta por escassos recursos e pela manutenção do status (Bosi, 2007).

A desmobilização docente também se agrava quando se leva em consideração o fato de que os professores temporários, muitas vezes, têm menos oportunidades de integrar-se plenamente às comunidades acadêmicas e de participar das decisões institucionais. Nesse sentido, quanto menor a organização sindical e o poder de resistência, maior a intensidade e o ritmo da precarização (Rosa; Vieira, 2023).

Diante do contexto atual, torna-se fundamental investigar as múltiplas ramificações da precarização no ensino superior, sobretudo seus efeitos sobre a saúde mental dos docentes. Evidências já apontam que a insegurança no emprego, a fragmentação das trajetórias profissionais e a intensificação das exigências laborais contribuem para o estresse ocupacional, a exaustão emocional e o sentimento de alienação entre os professores (Avdzejus; Ribeiro, 2020; Bosi, 2007). Ainda assim, observa-se uma lacuna significativa na literatura, especialmente no que se refere à análise desse fenômeno frente às transformações recentes que têm reconfigurado o mundo do trabalho. Compreender as consequências da precarização, portanto, demanda não apenas examinar as condições laborais e seus impactos sobre a saúde psíquica dos docentes, mas também refletir criticamente sobre os efeitos desse processo na qualidade da educação ofertada. Nesse sentido, esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar esse debate, captando suas nuances e implicações no cenário contemporâneo.

A partir das reflexões apresentadas, emerge a problemática central desta pesquisa, expressa na seguinte questão: quais são os aspectos que têm contribuído para a precarização do trabalho docente no ensino superior e para o adoecimento dos professores? Essa questão

busca compreender as dinâmicas que tornam a atividade docente cada vez mais instável e desgastante, analisando como as condições de trabalho, a intensificação das exigências acadêmicas e a lógica mercantil do ensino superior afetam a saúde e o bem-estar dos profissionais.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral investigar, por meio de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, o fenômeno da precarização do trabalho docente e seus impactos na saúde física e emocional dos professores que atuam no ensino superior.

Como objetivos específicos, pretende-se: 1) Realizar uma revisão histórica da precarização do trabalho docente, em face das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, impulsionadas pelos processos de reestruturação capitalista; 2) Discutir as condições de trabalho atuais dos professores universitários, a fim de compreender de que forma essas condições prejudicam a saúde mental desses profissionais.

Para responder ao problema da pesquisa e alcançar os objetivos propostos, o presente artigo foi organizado em duas seções. Na primeira, evidenciam-se os procedimentos metodológicos para a realização do estudo. Na segunda, apresenta-se uma reflexão sobre as transformações recentes no trabalho docente no ensino superior, situando o processo de precarização no contexto das mudanças nas políticas educacionais e na organização do trabalho acadêmico. Nessa mesma seção, analisam-se as repercussões dessas transformações nas condições de trabalho dos professores universitários, com ênfase nos impactos sobre sua saúde mental e nas diferentes formas de sofrimento psíquico apontadas pela literatura. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se sintetizam as principais contribuições da análise e se destacam os desafios contemporâneos relacionados à valorização do trabalho docente no ensino superior.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa. A abordagem qualitativa, conforme Minayo (2012), busca compreender aspectos subjetivos da realidade, tais como significados, valores, crenças e experiências, permitindo uma análise aprofundada das múltiplas dimensões que envolvem o fenômeno investigado.

A pesquisa também se classifica como exploratória, pois tem como objetivo proporcionar uma compreensão ampla do fenômeno estudado (Gil, 2017), a partir da produção bibliográfica existente sobre o tema. Com isso, busca-se familiarizar o pesquisador com o objeto de estudo, torná-lo mais explícito e permitir a construção de hipóteses que possam orientar futuras pesquisas de caráter mais aprofundado (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023).

A revisão bibliográfica narrativa foi adotada por permitir a análise crítica e interpretativa da produção científica existente sobre a precarização do trabalho docente e seus impactos na saúde mental no ensino superior, sem a pretensão de exaustividade típica das revisões sistemáticas, mas com rigor na seleção e análise das fontes (Lima; Mioto, 2007).

A busca pelos estudos foi realizada nas bases de dados SciELO e Pepsic, por sua relevância na divulgação de produções científicas nas áreas de Educação, Psicologia e Ciências Humanas. As buscas ocorreram no período de agosto a outubro de 2025, utilizando-se os seguintes descritores: trabalho docente, precarização, ensino superior, saúde mental e produtividade acadêmico. Os termos foram combinados entre si por meio do operador booleano AND, com o objetivo de refinar os resultados e garantir maior aderência ao tema investigado.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos que: (a) abordassem diretamente o trabalho docente no ensino superior; (b) discutissem aspectos relacionados à precarização do trabalho, às condições laborais ou à saúde mental de docentes; (c) estivessem disponíveis na íntegra; (d) fossem artigos científicos, dissertações ou teses. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos que: (a) tratassem de outros níveis de ensino sem articulação com o ensino superior; (b) não apresentassem relação direta com o objeto da pesquisa; (c) estivessem duplicados entre as bases consultadas.

No que se refere ao recorte temporal, priorizou-se a seleção de produções publicadas entre os anos 2000 e 2025, período marcado pela intensificação das transformações no mundo do trabalho docente e pela expansão do ensino superior no Brasil. Entretanto, foram também incluídos autores clássicos, cujas contribuições teóricas são fundamentais para a compreensão do fenômeno investigado, independentemente do período de publicação.

O processo de seleção das obras ocorreu em três etapas: (1) leitura dos títulos e resumos dos trabalhos identificados nas bases de dados; (2) aplicação dos critérios de inclusão e exclusão; (3) leitura integral dos textos selecionados. Ao final desse processo, foram analisadas aproximadamente 20 produções acadêmicas, compondo o corpus da pesquisa.

A análise do material selecionado foi realizada por meio de leitura crítica e interpretativa, com o objetivo de identificar convergências, divergências e categorias analíticas relacionadas à precarização do trabalho docente e seus impactos na saúde mental. A partir desse processo, a discussão foi organizada em dois eixos temáticos: (1) precarização do trabalho no ensino superior; (2) condições de trabalho e saúde dos docentes. A inter-relação entre esses eixos é explorada na próxima seção.

A explicitação dos procedimentos metodológicos adotados visa conferir maior transparência e rigor ao percurso investigativo, contribuindo para a consistência analítica e a reprodutibilidade da pesquisa.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO ENSINO SUPERIOR: TRANSFORMAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E NA SAÚDE DOS DOCENTES

No contexto da crise estrutural do capitalismo da década de 1970, o projeto neoliberal vigente impulsionou a busca incessante por novos espaços de acumulação, levando à apropriação de bens essenciais pela dinâmica mercantil (Oliveira, 2009). Dessa forma, a educação, historicamente concebida como um bem público e um direito fundamental, foi progressivamente transformada sob a lógica mercadológica, processo que ocorreu à medida que o conhecimento passou a ser tratado como um produto comercializável e lucrativo (Rosa; Vieira, 2023; Santos; Almeida Filho, 2008). Assim, o que em sua essência deveria ser um instrumento de formação humana e emancipação social transforma-se em um setor altamente rentável, baseado em princípios de competitividade e especulação. Essa mudança de paradigma criou um sistema educacional moldado pelos interesses econômicos hegemônicos, no qual a educação passa a ser entendida como um serviço e, como tal, acessível “não por via da cidadania, mas por via do consumo” (Santos; Almeida Filho, 2008, p. 27).

A valorização da eficiência, da produtividade e da redução de custos leva à adoção de modelos educacionais que priorizam o retorno financeiro, em detrimento da qualidade do ensino, da formação crítica e das condições de trabalho docente. Sob a influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país adotou políticas que alinharam a educação à competição, flexibilidade e privatização, reduzindo o investimento público no ensino superior e incentivando a expansão do setor privado (Alves; Gonçalves, 2019). Nesse cenário, segundo Santos e Almeida Filho (2008), a universidade foi um âmbito profundamente afetado:

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas –, em vez de servirem de justificação a um vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial. Apesar das declarações políticas em contrário e de alguns gestos reformistas, subjacente a este primeiro embate da universidade com o neoliberalismo está a ideia de que a universidade pública é irreformável (tal como o Estado) e que a verdadeira alternativa está na criação do mercado universitário. O modo selvagem e desregulado como este mercado emergiu e se desenvolveu são a prova de que havia a favor dele uma opção de fundo. E a mesma opção explicou a descapitalização e desestruturação da universidade pública a favor do emergente mercado universitário com transferências de recursos

humanos que, por vezes, configuram um quadro de acumulação primitiva por parte do sector privado universitário à custa do sector público (Santos; Almeida Filho, 2008, p. 16).

Esse cenário revela como a estratégia deliberada de enfraquecimento da universidade pública visa fortalecer um mercado universitário cada vez mais desregulado e voltado à acumulação de capital. Se antes era concebida como um espaço de produção e difusão do conhecimento crítico, atualmente a universidade sofre pressões externas que priorizam a eficiência econômica, a captação de recursos privados e a formação voltada às exigências do mercado.

Nesse contexto, as instituições públicas são duplamente atacadas: por um lado, sofrem com a falta de investimento, que reduz seu financiamento e dificulta sua autonomia acadêmica; por outro, são vistas como ineficientes e incapazes de atender às demandas educacionais contemporâneas, o que justifica a expansão do setor privado e a abertura da educação superior à lógica mercantil (Santos; Almeida Filho, 2008). Em vez de investir em melhorias para fortalecer o ensino superior público, as fragilidades institucionais têm sido utilizadas como argumento para promover sua privatização, transferindo recursos e profissionais qualificados para o setor privado. Nesse sentido, a ampliação das instituições privadas e do ensino a distância (EaD) figuram entre os principais pilares dessa transformação (Schlesener; Lima, 2021).

Como resultado direto do incentivo estatal à criação e ao crescimento de universidades particulares, em detrimento do investimento na expansão do ensino público, a maior parte das matrículas no ensino superior, que até os anos 1980 estava concentrada no setor público, passou a ser absorvida pelas instituições privadas a partir da década de 1990 (Bielschowsky, 2020; Bosi, 2007). Ainda de acordo com Bielschowsky (2020), a expansão do setor privado não ocorreu de maneira descentralizada, mas sim com a concentração de grande parte das novas matrículas em grandes conglomerados empresariais, que passaram a dominar o mercado educacional, muitas vezes respaldados por incentivos governamentais e políticas de desregulamentação.

Dessa forma, a flexibilização das relações de trabalho tornou-se um elemento central desse processo, e a lógica da rentabilidade impôs a redução de custos como estratégia dessas instituições. Com a justificativa de adaptar as instituições às exigências de um mercado competitivo, os docentes passaram a ser contratados sob regimes cada vez mais precarizados, caracterizados pela instabilidade e pela ausência de direitos trabalhistas (Bosi, 2007; Schlesener; Lima, 2021). O trabalho horista, por exemplo, tornou-se uma prática comum no setor privado, submetendo os professores a uma remuneração altamente variável, dependente da quantidade de aulas ministradas, e privando-os de benefícios importantes, como plano de carreira, estabilidade e proteção previdenciária (Bosi, 2007; Costa; Mueller, 2020). Além disso, a fragmentação dos vínculos empregatícios levou muitos docentes a

acumularem contratos em diferentes instituições para garantir uma renda mínima, resultando em jornadas exaustivas, pouco tempo para pesquisa e extensão, e impactos negativos sobre sua saúde mental e bem-estar (Bosi, 2007).

Outro ponto crucial nessa dinâmica foi a expansão do EaD, que apresentou crescimento notável e exponencial a partir dos anos 2000, especialmente no âmbito privado. Conforme Bielschowsky (2018), essa modalidade de ensino foi amplamente utilizada como forma de expandir o ensino superior sem demandar grandes investimentos em infraestrutura e na contratação de docentes presenciais. Isso possibilitou uma redução ainda maior de custos para as instituições privadas, que passaram a operar com um corpo docente menor, frequentemente contratado sem vínculo empregatício estável. Em decorrência disso, entre 2004 e 2016, o número de matrículas em cursos a distância saltou de 59,6 mil para 1,5 milhão, o que representa uma parcela significativa da expansão do ensino superior.

Entretanto, esse aumento expressivo do EaD não foi acompanhado da garantia da qualidade do ensino. Segundo Bielschowsky (2018), em 2016 apenas cinco instituições concentravam 58% das matrículas em EaD, e a maioria desses cursos apresentava notas abaixo do padrão mínimo no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Desse modo, é possível afirmar que, embora o modelo EaD tenha ampliado o acesso ao ensino superior, também contribuiu para intensificar a precarização do ensino, por meio da má remuneração do trabalho docente, da falta de estabilidade na carreira, do comprometimento da qualidade da formação acadêmica e da transformação da docência universitária em um serviço impessoal e massificado.

Já no setor público, a precarização se manifestou principalmente por meio do corte de recursos estatais investidos na educação, o que resultou diretamente na diminuição da abertura de concursos e no aumento das contratações temporárias (Rosa; Vieira, 2023). No Paraná, por exemplo, o número de professores temporários saltou de 564 em 2002 para 2.035 em 2016 (Schlesener; Lima, 2021). Como consequência, muitos docentes passaram a acumular vínculos em diferentes instituições, enfrentando jornadas exaustivas e dificuldades para conciliar ensino, pesquisa e extensão (Bosi, 2007; Rosa; Vieira, 2023).

Paralelamente, mecanismos de avaliação que enfatizam a produtividade acadêmica com base em métricas quantitativas também foram adotados, representando outro viés de precarização, uma vez que esse modelo impõe uma lógica de competição extrema entre os docentes, pressionando-os a aumentar sua produção científica e a reduzir sua dedicação ao ensino e à extensão (Bosi, 2007; Sguissardi; Silva Júnior, 2009). Essa lógica produtivista, imposta pelas agências de fomento e pelos programas de avaliação acadêmica, leva a uma corrida por publicações e projetos de pesquisa, sem que haja tempo adequado para a reflexão e para a qualidade do ensino (Glatz; Yaegashi, 2025). Dessa forma, o docente universitário,

além de enfrentar a precarização das condições contratuais, precisa lidar com um ambiente de competitividade extrema, que mina sua saúde e qualidade de vida (Bosi, 2007).

A diminuição do aporte financeiro em infraestrutura e pesquisa intensificou a fragilidade do trabalho dos professores, principalmente em áreas como as Ciências Humanas e Sociais, que sofrem com cortes no orçamento e com menor valorização institucional (Schlesener; Lima, 2021). A falta de financiamento compromete não apenas a qualidade do ensino, mas também a continuidade de projetos acadêmicos e científicos, bem como a conservação da infraestrutura pública, tornando o ambiente acadêmico cada vez mais refém de parcerias privadas e da captação externa de verbas. Nesse cenário, essa redução de investimentos está diretamente relacionada ao enfraquecimento da liberdade acadêmica, visto que a autonomia dos docentes e pesquisadores depende, em grande parte, do financiamento institucional para a realização de estudos críticos e socialmente relevantes, estudos que nem sempre se alinham às demandas do mercado ou aos interesses de grandes conglomerados educacionais e financiadores privados (Santos; Almeida Filho, 2008). Com isso, a universidade se distancia de seu papel histórico de espaço de reflexão e crítica social, tornando-se um ambiente onde a pesquisa e o ensino são cada vez mais orientados por critérios de rentabilidade e aplicabilidade comercial.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o processo de estruturação da universidade sob os princípios da eficiência econômica passou a pautar não apenas o financiamento e a gestão das instituições, mas também resultou em mudanças estruturais. Como consequência, é possível citar a ampliação das desigualdades de acesso à educação superior e a redução da qualidade do ensino ofertado (Bielschowsky, 2020), além do impacto direto nas condições de trabalho dos docentes, com a flexibilização dos contratos, a fragmentação das carreiras acadêmicas e a imposição de métricas quantitativas para a avaliação da produtividade docente. As transformações citadas, ao redefinirem as bases da atuação profissional, geram prejuízos nas múltiplas dimensões da docência, comprometendo tanto a saúde física quanto a mental dos professores, além de suas relações interpessoais e da própria percepção do sentido da profissão.

No aspecto físico, a literatura aponta que sintomas como dores musculoesqueléticas (Araújo; Pinho; Masson, 2019; Lago; Cunha; Borges, 2015), alterações vocais (Coelho *et al.*, 2021; Soares; Mafra; Faria, 2019), dores de cabeça, dores nas costas (Soares; Mafra; Faria, 2019; Tundis; Monteiro, 2018), esgotamento físico (Lago; Cunha; Borges, 2015) e hipertensão (Soares; Mafra; Faria, 2019) são queixas recorrentes entre os docentes. Pode-se relacionar isso, principalmente, às longas jornadas de trabalho, à necessidade de conciliar múltiplos vínculos empregatícios e à falta de condições adequadas para o desempenho da docência. Nas instituições privadas, esse cenário tende a ser ainda mais agravado, devido à maior extensão

de contratos temporários, à remuneração baseada em hora-aula e ao acúmulo de vínculos empregatícios.

Além disso, no contexto do EaD, esses desafios são ainda mais característicos. Segundo Mill, Santiago e Viana (2008), a necessidade de passar longas horas sentados, geralmente em posições inadequadas e sem a ergonomia correta, pode agravar ainda mais as dores musculoesqueléticas, que já são queixas recorrentes entre os docentes. Outro sintoma que pode ser intensificado são as dores de cabeça, devido ao prolongado tempo de exposição às telas, aliado ao aumento da incidência de problemas visuais.

No aspecto psicológico, sintomas como cansaço mental, insônia e angústia (Souza *et al.*, 2017) prevalecem, acompanhados pela alta incidência de transtornos mentais comuns (TMC) (Campos; Vêras; Araújo, 2020). Dentre os TMC mais frequentes, destacam-se a depressão e a ansiedade (Soares; Mafra; Faria, 2019), que aparecem de forma recorrente. Segundo Batista *et al.* (2016), em estudo realizado a partir de 254 fichas de docentes atendidos pela junta médica de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da Paraíba, a depressão foi responsável por 52% das licenças médicas.

Frequentemente, esses sintomas psicológicos estão associados ao estresse ocupacional, que se manifesta por emoções como hostilidade, tensão, ansiedade, frustração e depressão, desencadeadas por fatores presentes no ambiente de trabalho (Glatz; Yaegashi; Caetano, 2024; Oliveira; Castañeda; Yaegashi, 2021). A exposição contínua a esses estressores pode levar ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout, condição marcada por exaustão emocional intensa, despersonalização e sensação de ineficácia profissional, a qual tem ganhado destaque crescente nos estudos sobre a saúde ocupacional de docentes (Campos; Vêras; Araújo, 2020). Nesse sentido, fatores como excesso de demandas burocráticas, pressão e expectativas irreais, falta de autonomia, sobrecarga laboral e a naturalização do estresse se destacam como elementos possivelmente desencadeadores do esgotamento (Braz, 2025).

Outro fator preocupante é a deterioração da qualidade do descanso e do sono entre os docentes, consequência direta do estresse ocupacional. A necessidade de cumprir prazos exaustivos, lidar com múltiplas tarefas e atender às exigências institucionais faz com que muitos professores tenham dificuldade em estabelecer uma rotina de descanso adequada. Muitos profissionais abrem mão de realizar atividades físicas, de ter tempo de lazer e de se dedicar à vida familiar em prol do trabalho (Rosa; Cecílio, 2023).

As relações interpessoais constituem uma dimensão igualmente significativa, frequentemente impactada pela precarização das condições de trabalho, o que compromete a qualidade da interação entre colegas e estudantes. O cenário de capitalismo acadêmico (Costa; Goulart, 2018), cada vez mais competitivo e marcado pela escassez de tempo para trocas profissionais, insegurança no emprego, exigências por produtividade e acúmulo de tarefas, dificulta a

formação de um ambiente colaborativo e favorece o isolamento (Yaegashi *et al.*, 2024). Nesse contexto, a produtividade assume centralidade, em detrimento dos vínculos sociais e da saúde do docente.

No caso do EaD, esses desafios são ainda mais evidentes, pois a virtualização das interações reduz as oportunidades de troca entre os docentes. Essa falta de contato presencial e de comunicação pode intensificar a sensação de isolamento, tornando o trabalho ainda mais solitário. Além disso, conforme aponta Moraes (2021), a relação professor-aluno também se fragiliza, pois a dinâmica impessoal do EaD dificulta a criação de vínculos e a oferta de um suporte mais individualizado aos estudantes, uma vez que as interações, nessa modalidade, muitas vezes se limitam ao controle e à avaliação.

Por fim, outro ponto que pode ser afetado diz respeito ao próprio sentido do trabalho docente, devido à possível percepção de que o ensino perdeu seu caráter intelectual e se tornou um mero serviço burocrático (Fritz; Peixoto, 2022). Ainda nesse sentido, como resultado do incentivo à alta produtividade acadêmica, muitos professores não se consideram produtivos, mesmo trabalhando longas horas (Borsoi; Pereira, 2013). Essa dificuldade em estabelecer uma conexão genuína com o produto do próprio trabalho, resultado da alienação do propósito educacional, é uma consequência direta da necessidade de produzir mais em menos tempo, sem considerar a qualidade ou o sentido do que está sendo produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo investigar, por meio de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, o fenômeno da precarização do trabalho docente e seus impactos na saúde física e emocional dos professores que atuam no ensino superior.

A análise da literatura evidenciou que o processo de precarização do trabalho docente no ensino superior está vinculado a transformações mais amplas nas políticas educacionais e na organização do trabalho acadêmico, especialmente em um contexto marcado pela crescente mercantilização da educação, pela flexibilização das relações de trabalho e pela intensificação das exigências de produtividade. Em conjunto, esses elementos configuram um cenário de crescente vulnerabilidade, contribuindo para o aumento de casos de estresse, ansiedade, depressão e outras formas de sofrimento psíquico. Desse modo, pode-se afirmar que a reconfiguração da organização laboral constitui um fenômeno diretamente relacionado à saúde física e mental dos professores, às relações sociais no ambiente educacional, à qualidade do ensino ofertado e ao próprio sentido atribuído à docência.

Diante desses desafios, a busca por condições de trabalho dignas e por políticas que valorizem a educação e seus profissionais deve constituir um esforço contínuo, não apenas por parte dos educadores, mas da sociedade como um todo, ainda que encontre barreiras estruturais

persistentes. Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer o papel da resistência coletiva e da mobilização docente como estratégias essenciais para repensar a organização e as práticas do ensino superior. No entanto, frente ao atual cenário de desmonte da educação pública, reformular uma instituição historicamente entrelaçada às exigências do capital demanda mais do que propostas idealizadas: requer políticas públicas robustas, regulamentações eficazes e investimentos concretos que priorizem, de fato, o fortalecimento da educação.

Embora as perspectivas de mudança sejam complexas, reconhecer a gravidade da precarização e seus desdobramentos já representa um passo fundamental, na medida em que a articulação entre professores, instituições de ensino, sindicatos e sociedade civil configura um movimento coletivo de transformação. Assim, torna-se possível vislumbrar um cenário mais otimista, pautado por estratégias que não apenas atenuem os danos já consolidados, mas também construam caminhos capazes de reconfigurar a realidade do trabalho docente e, com isso, preservar uma educação mais comprometida com seu papel social.

Por fim, como limitação deste estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica, baseada na análise e interpretação de produções acadêmicas já publicadas sobre o tema. Embora esse tipo de investigação permita reunir e sistematizar diferentes contribuições teóricas, ele não possibilita a análise direta das experiências concretas vivenciadas pelos docentes em contextos institucionais específicos. Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras possam aprofundar essa discussão por meio de investigações empíricas que examinem as condições de trabalho e os processos de adoecimento docente em contextos institucionais específicos. Estudos qualitativos, como entrevistas e grupos focais com professores universitários, podem contribuir para compreender de maneira mais aprofundada as experiências subjetivas relacionadas à precarização do trabalho. Da mesma forma, pesquisas quantitativas e estudos comparativos entre diferentes instituições de ensino superior – públicas e privadas, presenciais e de EaD, entre outras – podem ampliar a compreensão sobre como distintos modelos institucionais e políticas educacionais influenciam as condições de trabalho e a saúde mental dos docentes.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA GENERATIVA

Foi utilizada ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT 5.3) exclusivamente para revisão ortográfica e aprimoramento linguístico do texto. Todo o conteúdo intelectual, incluindo concepção, análise, interpretação e redação do trabalho, é de responsabilidade das autoras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido à pesquisa intitulada “*Mal-estar docente na universidade: estudo sobre o sofrimento psíquico e as condições de trabalho de professores do ensino superior*”, coordenada pela Profa. Dra. Solange Franci Raimundo Yaegashi [Processo n. 311591/2023-0]. No âmbito dessa investigação mais ampla, foram produzidos diversos textos, entre os quais se insere o presente artigo.

Registramos, igualmente, agradecimento ao CNPq pela concessão de bolsa de iniciação científica à segunda autora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Estefanni Mairla; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. Educação como mercadoria: desafios da educação superior em meio ao capitalismo em crise. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 5, p. 1-26, jan. 2019.

DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653651>. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653651/19053>.

Acesso em: 06 mar. 2026.

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 1-14, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0102-311X00087318>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/BYh8RV9xyw6N6kdJSqqHkLg/?lang=pt> . Acesso em: 06 mar. 2026.

AVDZEJUS, Érica Elena; RIBEIRO, Maria Teresa Franco. Educação superior em tempo de precarização: análises a partir do discurso docente. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 26, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.32224>. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/32224>. Acesso em: 06 mar. 2026.

AVILA, Vinicius Porto de. “*No ritmo que a gente está hoje, não é mais desafiante, nem motivador, assim é uma tortura*”: trabalhar, ensinar e resistir. Um estudo psicodinâmico com o coletivo de professores de uma instituição de ensino superior privada. 2021. 304 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BATISTA, Jaqueline Brito Vidal; CARLOTTO, Mary Sandra; OLIVEIRA, Malu Nunes de; ZACCARA, Ana Aline Lacet; BARROS, Eveline de Oliveira; DUARTE, Marcella Costa Souto. Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. *Revista de Pesquisa Cuidado é fundamental Online*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 4538-4548, 2016. DOI: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i2.4538-4548>. Disponível em:

https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/5009/pdf_1914. Acesso em: 10 mar. 2026.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Qualidade na educação superior a distância no Brasil: onde estamos, para onde vamos? *EaD em Foco*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2018.

DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709>. Disponível em:

<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/709>. Acesso em: 18 mar. 2026.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 241-271, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol36n12020.99946>. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/99946>. Acesso em: 18 mar. 2026.

BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (org.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 25-45.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva. Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. *Universitas Psychologica*, Bogotá, v. 12, n. 4, p. 1211-1233, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11144/averiana.upsy12-4.peps>.

Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/6499>. Acesso em: 21 mar. 2026.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior no Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9WptVJrmQdsdtW4fZ9VHgkh/>. Acesso em: 06 mar. 2026.

BRAZ, Matheus Viana. Burnout como sintoma social dominante do trabalho docente. In: SOLDERA, Lucas Martins; BRAZ, Matheus Viana; SILVA, Guilherme Elias da. *Labirintos Opacos: subjetividade, saúde e trabalho na condição pós-moderna*. Cachoeirinha: Fi, 2025. p. 209-236.

CAMPOS, Taís Cordeiro; VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria de. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica.

Revista Docência do Ensino Superior, Belo Horizonte, v. 10, p. 1-19, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15193>. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/15193/16327>. Acesso em: 21 mar. 2026.

CASTRO NETA, Abília Ana de; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto.

Desenvolvimento profissional e precarização do trabalho docente: perspectivas e (des)continuidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. 3, p. 2067-2082, jul./set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i3.14842>. Disponível

em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14842/11379>. Acesso em: 18 mar. 2026.

COELHO, Sarah Coutinho; DEPOLLI, Gabriel Trevizani; CRUZ, Karen Santos; FERNANDES, Djanira Nogueira dos Santos; COSTA, Matheus Rodrigo Batista; OLIVEIRA, Gabriela; AZEVEDO, Elma Heitmann Mares; GUIMARÃES, Michelle Ferreira. Relação entre fadiga vocal e qualidade de vida relacionada à voz em professores universitários. *CoDAS*, São Paulo, v. 33, n. 5, p. 1-5, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202020174>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/cxX5GdwPsf5jkFYVrgk48tG/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2026.

COSTA, Camila Furlan da; GOULART, Sueli. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 396-409, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395165788>. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/65788>. Acesso em: 06 mar. 2026.

COSTA, Matheus Felisberto; MUELLER, Rafael. Flexibilização e precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos professores admitidos em caráter temporário no magistério público de Santa Catarina. *Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 53, p. 181-197, jun./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.52321>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/52321>. Acesso em: 06 mar. 2026.

DAL ROSSO, Sadi. Mais Trabalho! A intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 14, n. 54, 1986. Disponível em: <https://atividart.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/09/por-um-novo-conceito-de-saude-dejours-1.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2026.

FÁVERO, Altair Alberto; BECHI, Diego. A subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 28, n. 13, p. 1-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4891>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7444032>. Acesso em: 2 jun. 2026.

FRITZ, Marina; PEIXOTO, Maristela Cassia de Oliveira. O estresse ocupacional docente e suas consequências à saúde. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, v. 37, n. 117, p. 85-95, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2022.117.12872>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12872>. Acesso em: 06 mar. 2026.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça; YAEGASCHI, Solange Franci Raimundo; CAETANO, Luciana Maria. A saúde mental do docente na pós-graduação stricto sensu: uma revisão de literatura. *Plurais - Revista Multidisciplinar*, Salvador, v. 9, n. esp. 1, e024017, 2024. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v9iesp.1.19404>. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/19404>. Acesso em: 08 mar. 2026.

GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. Entre a liquidez e a instrumentalização das relações de trabalho: a (re)produção do sofrimento psíquico docente na pós-graduação. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24666.096>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/24666>. Acesso em: 8 mar. 2026.

KARASEK, Robert A.; THEORELL, Töres. *Healthy work: stress, productivity, and the reconstruction of working life*. New York: Basic Books, 1990.

LAGO, Rozilaine Redi; CUNHA, Bruna Souza; BORGES, Maria Fernanda de Sousa Oliveira. Percepção do trabalho docente em uma universidade da região Norte do Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 429-450, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00049>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/mJWHjLHDjcZJyVQCXCKSQ6C/>. Acesso em: 06 mar. 2026.

LE MOS, Denise Vieira da Silva. Precarização do trabalho docente e os impactos na saúde: o professor no seu limite. *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 95-109, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v3i1.7028>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/7028>. Acesso em: 06 mar. 2026.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2026.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, p. e023141, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riade.v18i00.17958>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 06 mar. 2026.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MILL, Daniel Ribeiro; SANTIAGO, Carla Ferreti; VIANA, Inajara de Salles. Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas. *Revista extra-classe*,

Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 56-73, 2008. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Daniel-](https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Mill/publication/228666021_Trabalho_docente_na_educacao_a_distancia_condicoes_de_trabalho_e_implicacoes_trabalhistas/links/02e7e53c7e17c0068e000000/Trabalho-docente-na-educacao-a-distancia-condicoes-de-trabalho-e-implicacoes-trabalhistas.pdf)

[Mill/publication/228666021_Trabalho_docente_na_educacao_a_distancia_condicoes_de_trabalho_e_implicacoes_trabalhistas/links/02e7e53c7e17c0068e000000/Trabalho-docente-na-educacao-a-distancia-condicoes-de-trabalho-e-implicacoes-trabalhistas.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Mill/publication/228666021_Trabalho_docente_na_educacao_a_distancia_condicoes_de_trabalho_e_implicacoes_trabalhistas/links/02e7e53c7e17c0068e000000/Trabalho-docente-na-educacao-a-distancia-condicoes-de-trabalho-e-implicacoes-trabalhistas.pdf). Acesso em: 10 mar. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 18 mar. 2026.

MORAES, Ana Shirley de França. Interações e afetividade entre professor e aluno no EAD: relações para a permanência nos estudos em instituições de ensino superior. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.34019/2237-9444.2021.v11.32847>. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32847>. Acesso em: 06 mar. 2026.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil.

Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2026.

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; CASTAÑEDA, Carlos Fernando Lozano; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. Mal-estar docente e a (im) possibilidade da autorreflexão: uma problemática nos tempos de pandemia. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 8, n. 41, p. 329-401, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4773>. Acesso em:

Acesso em: 06 mar. 2026.

ROSA, Vânia Dalla; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Mercantilização e precarização do trabalho docente no ensino superior privado. *Revista Thema*, Pelotas, v. 22, n. 1, p. 212-

230, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15536/thema.V22.2023.212-230.2233>. Disponível em:

<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/2233>. Acesso em: 06 mar. 2026.

ROSA, Rosemar; CECÍLIO, Sálua. Condição do trabalho docente na pós-graduação stricto sensu em educação na região do Triângulo Mineiro: fatores em análise. *Educação*, Santa Maria, v. 48, p. 1-32, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644468582>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/68582>. Acesso em: 06 mar. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 2008. Disponível em:

<https://flacso.org.br/wp->

content/blogs.dir/2184/files/2015/08/AUniversidadenoSeculoXXI_Boaventura-Naomar.pdf. Acesso em: 06 mar. 2026.

SCHLESENER, Anita Helena; LIMA, Michelle Fernandes. Reflexões sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-17, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.15116.003>. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/pt_BR/article/view/15116. Acesso em: 06 mar. 2026.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SOARES, Michelle Barbosa; MAFRA, Simone Caldas Tavares; FARIA, Evandro Rodrigues de. Fatores associados à percepção de estresse em docentes universitários em uma instituição pública federal. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, São Paulo, v. 17, p. 90-98, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z1679443520190280>. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/425/pt-BR/fatores-associados-a-percepcao-de-estresse-em-docentes-universitarios-em-uma-instituicao-publica-federal>. Acesso em: 06 mar. 2026.

SOUZA, Katia Reis; MENDONÇA, André Luis Oliveira; RODRIGUES, Andrea Maria Santos; FELIX, Eliana Guimarães; TEIXEIRA, Liliane Reis; SANTOS, Maria Blandina Marques; MOURA, Marisa. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 3667-3676, nov. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.01192016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xjgJxyZmM4S9tnjjCF6sBSP/>. Acesso em: 06 mar. 2026.

TUNDIS, Amanda Gabriella Oliveira; MONTEIRO, Janine Kieling. Ensino superior e adoecimento docente: um estudo em uma universidade pública. *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 46, p. 1-10, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20180001>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-35202018000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 mar. 2026.

YAEHASHI, Solange Franci Raimundo; CAETANO, Luciana Maria; BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella; GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça. Mal-estar, sofrimento e adoecimento dos professores que atuam na pós-graduação stricto sensu: uma revisão de literatura. *Notandum*, Maringá, n. 62, e71266, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/notandum.vi62.71266>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/view/71266>. Acesso em: 06 mar. 2026.

Solange Franci Raimundo Yaegashi

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS).

solangefry@gmail.com

Chiara Villa Chagas

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS).

chiaravilla2008@gmail.com

Como citar este documento – ABNT

YAEHASHI, Solange Franci Raimundo; CHAGAS, Chiara Villa. Precarização do trabalho docente e saúde mental no ensino superior: uma revisão bibliográfica narrativa. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 16, e060872, p. 1-22, 2026. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2026.60872>.